

CATALOGAÇÃO E COLONIALISMO*

CAVAN MICHAEL MCCARTHY

Departamento de Biblioteconomia e
Documentação/CCSA/UFPB

Bibliotecas nos países em desenvolvimento adotam e obedecem rigorosamente códigos de catalogação altamente complexos; isso atrasa o processamento e resulta em desperdício de recursos. Os países industrializados que inventaram estes códigos são responsáveis por esta situação. Os códigos destes baseiam-se solidamente nas práticas editoriais do Ocidente, enquanto o princípio do serviço daria um resultado melhor. Catálogos também deveriam ser mais interessantes, para atrair o usuário.

Onde é que uma biblioteca guarda seus livros? Pergunta besta; os livros são guardados nas estantes, os leitores tiram os livros das estantes para utilizá-los. Acontece em todos os lugares, em países do Ocidente, países comunistas, países em desenvolvimento.

Bem, quase todos. Não acontece exatamente assim nos países em desenvolvimento. Tem biblioteca lá que quase nunca compram livros. Não vamos falar deles hoje, é um assunto muito triste. Outros compram regularmente, mas os livros não vão para as estantes, vão para o departamento de catalogação, onde ficam em pilhas, até em caixas; só depois de muito tempo é que chegam até o usuário.

Eu vi uma biblioteca onde 60% da coleção estava sendo processada; isso foi excepcional, 20% não é raro e a média pode chegar até 10%; a maioria dos departamentos de catalogação do terceiro mundo estão superlotados de livros. Os bibliotecários ficam nestes departamentos, tentando decifrar regras de catalogação complicadas e não têm tempo de prestar serviços diretamente ao público. Este público, despojado de ajuda

* O presente trabalho é uma tradução, com algumas modificações, de: MCCARTHY, Cavan. Colonial cataloging. *New Library World*, London, 75(897) : 55-6, March 1975.

profissional, procura caminho através de catálogos monstruosos. É uma loteria em que só se ganha os segundos prêmios; se alguma coisa for encontrada, deve ser um livro velho; os novos estão ainda sendo processados. Atrasos causados pelas complicações da catalogação afastam o material das estantes na hora em que tem mais utilidade: quando é novo e atualizado.

É possível dar inúmeros exemplos disso. Uma Biblioteca Nacional tinha tantos livros não catalogados que, se eles fossem organizados separadamente, provavelmente teriam formado a terceira biblioteca do país, em número de volumes. Uma biblioteca estadual de um país Africano tinha 15.000 volumes no setor de processamento; o acervo total de um outro estado supera isso por pouco. Mostrei o rascunho deste artigo a um professor que tinha trabalhado numa universidade do Caribe. Ele me contou que descobriu que os catalogadores tinham uma coleção excelente sobre sua especialização, mas só com a maior dificuldade conseguiu arrancar alguns livros por uma noite; um ano mais tarde, quando ele foi embora, 90% dos livros ainda estavam lá.

Nas bibliotecas da Inglaterra e dos Estados Unidos tal situação é muito mais rara, porque os bibliotecários, estimulados pela idéia de serviço ao usuário, se orgulham de entregar os livros logo ao público, e de limpar as estantes da seção de catalogação. Eles não hesitam em adotar catalogação simplificada nos casos em que isto é suficiente para alcançar os objetivos da instituição; também o fluxo de trabalho e entrega de livros é normalmente mais regular para eles. E se houver atrasos, eles adotam sistemas que permitam a utilização do livro antes da sua catalogação; a ordem aquisição-catalogação-processamento técnico-usuário é essencial numa biblioteca fechada, e por este motivo é ainda tradicional entre todos os tipos de biblioteca. Os sistemas do tipo Fastcat (1,2) que permitam a utilização do livro depois de um processamento técnico básico, (registro e colocação de carimbos) são mais indicados para bibliotecas de acesso livre, pois permitem melhor nível de serviço do usuário.

O sistema, do modo que é aplicado nos países em desenvolvimento, é mais rígido, mais burocrático, e traz um desperdício enorme de recursos humanos e materiais. Os biblio

tecários dos países industrializados são responsáveis por isso. São culpados, por ação ou omissão, porque permitiram que AACR/ISBD fossem infligidos aos catálogos do mundo como normas internacionais, de aplicação universal, o que na verdade não são. Mas, catalogadores do mundo inteiro ainda os seguem, por que assim eles aparentemente seguem a melhor prática do mundo ocidental, porque não existem alternativas práticas e porque adoção universal traz controle bibliográfico universal (nos termos ditados pelos países industrializados).

A versão Norte-Americana do Código de Classificação Anglo-Americana (AACR) foi traduzida no Brasil logo depois de sua publicação, não obstante o fato deste código incluir distorções feitas a pedido de importantes bibliotecas Norte-Americanas que já tinham formado catálogos tão grandes que o próprio tamanho deles tornou qualquer mudança quase impossível. Teria sido melhor adotar a versão inglesa do AACR. Esta história acabou bem; publicou-se um código de catalogação simplificada, introduzido por uma tradução dos princípios de Paris (3). Os brasileiros também tinham aprendido uma lição sobre códigos estrangeiros, e quando a tradução brasileira do ISBD (M) saiu, um dos líderes da profissão a criticou com muito calor (4).

Os países do terceiro mundo são conhecidos por duas coisas: uma crença literal no valor da palavra escrita e uma burocracia incrível. Seria, por exemplo, quase impossível para um Africano divergir de qualquer detalhe da prática ocidental da catalogação. Durante os seus anos de escola ele aprendeu um fato sobre todos os outros: é essencial ler e responder a perguntas sobre os livros escritos pelos brancos, se ele quer ter um futuro na África moderna. Depois de uma juventude destas, seria difícil para ele rejeitar uma parte do regulamento, especialmente se ele foi um bibliotecário formado, treinado nos códigos, ouvindo aulas sobre normas, controle bibliográfico internacional, etc. Ele tem que aprender o código Anglo-Americano durante alguma parte do curso. Isso dificulta a aprendizagem dos códigos simplificados. Se ele aprende primeiro um código simplificado, ele sente o "desperdício de tempo" quando chega até o regulamento verdadeiro. Vice-versa, ele não entende porque deveria simplificar, quando ele já sabe fazer as fichas "como deveriam ser feitas".

Por isso ele adota regularmente complicações que nem eu entendo, e produz entradas longas que só podem ser transcritos por um datilógrafo de alto nível. Só que estes são raríssimos na África. Um datilógrafo vai dedicar todo o seu tempo a tentativas de alcançar a posição de secretário ou de continuar seus estudos. O diretor de uma biblioteca estadual de um país Africano mandou seus bibliotecários das filiais do interior adotar a catalogação simplificada, mas eles recusaram, uma ação incrível para um país tão autoritário quanto este. Mas eles estavam agindo dentro das normas de sua sociedade, que é muito burocrática e onde atrasos e problemas complexos com a burocracia são normais, e por isso eles não considerariam estranho encontrar a mesma coisa na catalogação, sobretudo quando é recomendado pelos melhores livros estrangeiros.

Uma outra objeção, mais filosófica mas talvez mais básica, é que o ISBD/AACR se baseia firmemente no estilo das publicações ocidentais, que se baseia, por sua vez, no individualismo, ou seja, existe a expectativa que a maioria dos livros deveriam possuir uma página de rosto, onde nomeia-se um indivíduo como a pessoa largamente responsável pela obra. Somente materiais que obedecem a estes padrões puramente tradicionais são de fácil catalogação pelo ISBD/AACR. Publicações oficiais, por exemplo, sempre apresentam problemas. Coitado de você se a produção de livros no seu país inclui uma percentagem elevada de publicações oficiais, como é o caso da maioria dos países em desenvolvimento. Desta forma já criou-se mais uma barreira, completamente desnecessária, entre o leitor e o livro nacional. Surgem outras dificuldades quando os nomes dos autores não cabem dentro da forma típica Anglo-Americana de "BROWN, John". Autores da Islandia, da tribo Tiv da Nigéria e de várias regiões da Ásia perdem neste teste.

Na União Soviética um livro é frequentemente o produto conjunto de um conselho editorial, e.g. uma coleção de artigos escritos por uma meia dúzia de pessoas. Eles estão listados em ordem alfabética atrás da página de rosto e um é designado pela frase "editor chefe" depois do seu nome. A página de rosto tem o nome de uma instituição disseminadora e um título, mas nenhum nome próprio. Se este livro fosse editado no Ocidente, sairia como o trabalho de um indivíduo indicado na página de rosto como editor. O sistema soviético é

inteiramente válido, refletindo melhor a realidade de um esforço conjunto, mas é de difícil catalogação pelo AACR/ISBD, enquanto o livro individual, publicado no Ocidente é catalogado sem problema. É difícil catalogar com estes códigos uma grande parte dos livros publicados fora da América do Norte e Europa, e um bibliotecário de um país em desenvolvimento, treinado nestes códigos, deve chegar a conclusão que a forma correta para um livro é a da monografia individual. Ele assimilou muito sutilmente o individualismo ocidental.

Nós precisamos de um pacote baseado nos princípios gêmeos de serviço ao usuário e padrões internacionais, objetivando a produção de entradas breves e de bom senso para todos os materiais da biblioteca. O documento deveria ser breve, fácil a entender e publicado por uma organização de reputação, por exemplo UNESCO; poderia incluir vários níveis de detalhamento, para bibliotecas de vários tipos e tamanhos. Também deveria incluir ordenação, não somente entradas e descrição. Se você aprendeu a escrever sua língua materna em caracteres árabes, depois descobriu que o único jornal na sua língua utiliza caracteres romanos, e depois de tudo isso você estuda numa escola de biblioteconomia de língua inglesa onde o professor fala da diferença entre ordenação letra-por-letra e palavra-por-palavra, é bem provável que você vá ficar um pouco confuso sobre a ordenação de fichas catalográficas. Eu dei aulas para estudantes nigerianos que estavam exatamente nesta situação. Neste artigo eu não vou tocar na classificação, mas é óbvio que o pacote seria mil vezes forte se uma classificação internacional fosse incluída. E não existem motivos que impeçam isso, enquanto não aceitamos AACR/ISBD como a solução eterna.

Tal sistema daria um produto similar aos catálogos de hoje, mas não temos motivos de parar neste ponto. Estes catálogos tradicionais estão frios, formalizados, simples ferramentas sem interesse ou decoração. Eles não atraem o usuário, não despertam interesse para os livros que mencionam, não dão ao leitor nada além da informação básica sobre o livro e a sua posição na biblioteca. E por que não tentar fazer mais? Porque não dar ao adulto, à criança, ao recém-alfabetizado, um instrumento que sirva ativamente como chave, um catálogo-janela que abre a coleção para eles de modo positivo

fascinante? Soprar vida no catálogo-formulário, menos interessante e mais padronizado que uma lista telefônica.

Por exemplo, por que não fazer anotações nas entradas? Isso nunca é feito nas bibliotecas dos EUA, Reino Unido e Brasil, porque não é tradicional para o bibliotecário, elemento neutro, comentar seu acervo, e a tarefa é enorme, mas a elaboração de tais anotações, por um serviço centralizado só para os livros mais comprados por biblioteca, não é uma tarefa maior do que a criação de MARC, OCLC ou dos outros sistemas da biblioteconomia moderna. Em alguns países é normal anotar catálogos; A União Soviética, onde muitos acervos são fechados, desenvolveu isso a um nível bastante elevado.

Uma possibilidade: muitas editoras produzem descrições de seus livros, às vezes impressas em folhas separadas. Tais folhas, produzidas dentro de um tamanho normalizado, podem ser guardadas em livros de folhas soltas, como um catálogo adicional, "supercatálogo". A idéia de um "Direito de Empréstimo", ou seja, as bibliotecas pagariam às editoras pelo uso de um livro naquelas bibliotecas, já estabeleceu-se na Europa. Se este sistema se generaliza, as editoras vão querer que os livros delas sejam emprestados e utilizados em bibliotecas. E o supercatálogo não tem que ser, necessariamente, em folhas impressas; muitas bibliotecas de países industrializados têm catálogos produzidos por computadores; as entradas são ainda a informação mínima da catalogação tradicional, mas o sistema permitiria o desdobramento de anotações sem grandes transtornos.

É só querer. Querer e cessar de acreditar que catálogo só pode ser catálogo tradicional, que as regras e o formato são estabelecidos por Deus e para sempre. Podemos reavaliar a nossa posição e formar novos instrumentos que ajudarão ao desenvolvimento da biblioteca como uma força dinâmica na sociedade, uma vez que entendemos que a única lei da biblioteconomia é "servir".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. GORE, Daniel. In hot pursuit of FASTCAT. Library Journal, New York, 97(17): 2693-5, 1 sep. 1972.
2. HUNT, Roslyn. Fastcat: or how not to catalogue a book. Australian Library Journal, Melbourne, 23(9):287-92, sept. 1974.
3. CAVALCANTI, Cordélia Robalinho. Código simplificado da catalogação. Brasília, Universidade de Brasília, 1971.
4. FONSECA, Edson Nery da. Posfácio. Revista de Biblioteconomia de Brasília, 1(2):166-8, 1973

ABSTRACT

Libraries in developing countries adopt and rigorously follow highly complex cataloging rules; this causes massive cataloging backlogs and waste of resources. The industrialized countries which invented these cataloging codes are finally, responsible for this situation. Their codes are based on western publishing practice, whereas service based principles would be much better. Catalogs should also be made more interesting and attractive.